

O PAPEL DAS DEFINIÇÕES ETIMOLÓGICAS NA ARGUMENTAÇÃO

Olden Hugo Silva Fariasⁱ

Resumo:

Este texto propõe uma ponderação acerca dos efeitos argumentativos gerados pelo uso de definições etimológicas na estruturação de textos insertos em atividades discursivas. Com base na Teoria da Argumentação na Língua (Oswald Ducrot) e nos estudos de argumentação de Olivier Reboul e Antônio Suárez Abreu, foram estabelecidos os objetivos de investigar o modo como atuam as definições etimológicas na argumentação de crônicas e artigos de opinião e como estabelecem um percurso argumentativo, além de examinar o papel das definições etimológicas do ponto de vista do produtor do texto que instaura, a partir de mecanismos linguísticos, o *sentido verdadeiro*. Inscritas entre os argumentos *Quase lógicos*, as definições, como recursos argumentativos, estabelecem logo de início uma proposta de *acordo*, pois é o caso de instaurar a direção do percurso semântico, apontando o caminho (o “sentido”) que será percorrido COM o leitor. Nas definições etimológicas, mais especificamente, há o potencial altamente argumentativo, visto que têm estratégia plurívoca na argumentatividade por representarem muitas vezes conceitos manipulados pelo locutor que pretende a persuasão, a dissuasão ou o convencimento. As etimologias podem ou não corresponder a significados que vigoram contemporaneamente, nisto as possíveis vozes que elas expressam podem impor um sentido, como mote primeiro para a argumentação. A gramática tradicional afirma que “O estudo das raízes foge à finalidade da gramática normativa, só interessa à gramática histórica ou, mais precisamente, à etimologia” (Cegalla, 2005, p. 92), no entanto, deve-se considerar que a argumentação, estudo que precisa perpassar todas as fases da educação linguística, tem como recurso os efeitos argumentativos gerados pelo uso de definições etimológicas na estruturação de textos insertos em atividades discursivas. Neste artigo se discutem, além de basilamente as definições etimológicas, outros tipos de definições como recursos argumentativos, sugerindo, propondo e esboçando análise de exemplos.

Palavras-chave: Semântica, Argumentação, Definições etimológicas.

1 Introdução

PALAVRA E ARGUMENTO

Para encerrar a conversa, a entrevistadora fez a última pergunta: “Como é que você se definiria?”. Éta pergunta impossível de ser respondida! Por que definir? Como o próprio nome está dizendo, vem do latim finis, fim. Definir é determinar os limites. Mas sei eu lá quais são os meus limites! (Rubem Alves)

Parece questionável, caso seja visto na área da Semântica, o axioma de que todo¹ texto é argumentativo. Procuremos argumentação², persuasão e convencimento em um manual de instruções, por exemplo, e dificilmente se perceberão nele recursos argumentativos (de cunho lógico-linguístico). No entanto, incontestável é a postura de que toda atividade discursiva³ (Mosca, 1999, p. 17) tem a argumentação como requisito basilar e é permeada de argumentatividade. Em um jogo de interesses comerciais, os manuais de instruções podem servir de alternativa inusitada para mais propagandar o produto, enfatizando recursos oferecidos nele ou destacando funções singulares de um aparelho ao orientar e instruir quanto a sua montagem, instalação e uso. A receita culinária, enquanto texto, parece ser estéril de operadores argumentativos, mas, inserida em uma situação discursiva, pretende a adesão de mais cozinheiros, degustadores e consumidores, além de uma notoriedade de maior amplitude no campo da culinária ou de uma divulgação de índices da cultura de determinado grupo ou pessoa.

Diante do fato de que a interação comunicativa é essencialmente argumentativa, há o requerimento de se estabelecer a maneira como atuam os expedientes de argumentação inerentes à língua, e não apenas os contemplar como fato interessante ou os classificar de modo simplista como rédea que prende. Como diz Zanotto (2006), “A língua é um instrumento de comunicação. Se, porém, ao homem comum é suficiente dominar a língua para comunicar-se, ao estudioso satisfaz dissecar o objeto e desvendar o segredo de sua funcionalidade.” Os diversos meios que oferece a língua para argumentar precisam ser explicitados, portanto, em seu comportamento; tanto o estudioso da língua quanto o usuário “comum” se beneficiarão bastante, em suas vivências e experiências, da compreensão desse fato linguístico.

2 DEFINIÇÃO: UM RECURSO QUASE LÓGICO

As definições constituem um grupo de tipos de argumentos, subclassificados, em princípio, em definições normativas, descritivas (ou lógicas), condensadas, oratórias (ou expressivas) e etimológicas (ABREU, 2009, p. 54). A seguir, estão propostas análises e exemplificações:

a) Normativas: As definições normativas indicam o sentido que se quer dar a uma palavra em um determinado discurso e dependem de um acordo feito com o auditório (ABREU, 2009, p. 55):

1 “É possível imaginar, contudo, que em certas áreas do conhecimento possa imperar uma natureza discursiva menos persuasiva, até mesmo lúdica, aberta. É o caso dos textos artísticos que, pela sua vocação plurissignificativa, pela ambiguidade que promovem, por romperem com normas preestabelecidas, tendem a uma expressão mais livre, menos preocupada com o convencimento, com o fechamento da mensagem.” (Citelli, 2007:94)

2 Considerada a distinção seguinte: “Se para os estudiosos da Retórica a argumentação encontra-se especialmente na organização dos discursos e na escolha de argumentos, para a **Teoria da Argumentação na Língua (ADL)** [Ducrot] a argumentação encontra-se marcada nas escolhas linguísticas; ela está na língua, embora possa servir de instrumento para a argumentação retórica” (Cabral, 2011: 15)

3 “Ducrot estabelece uma diferença entre texto e discurso. De modo análogo à distinção entre frase e enunciado, o texto é concebido como uma estrutura abstrata e o discurso como a realização concreta do texto, que acontece por meio de uma sequência de enunciados.” (Andersen, 2006:3)

Houaiss

PESQUISAR

síncope

síncope Datação: sXIV

Acepções

- substantivo feminino
- 1 Rubrica: fonética, linguística. desaparecimento de fonema(s) no interior de vocábulo (p.ex.: *mor*, que vem de *maior*)
- 2 Rubrica: medicina. perda dos sentidos devido à deficiência de irrigação sanguínea no encéfalo
- 3 Rubrica: música. padrão rítmico em que um som é articulado na parte fraca de um tempo ou compasso, prolongando-se pela parte forte do seguinte

O Dicionário Eletrônico Houaiss nos remete a várias situações rotineiras em que, a depender do contexto instaurado, a palavra “síncope” precisa ser delimitada, ou melhor, direcionada, em seu sentido. Em tantos casos, há um acordo tácito em que a situação comunicativa conduz naturalmente a significação, o que Koch e Travaglia (2009, pp. 84-85) conceituam como *situacionalidade: da situação para o texto ou do texto para a situação*. A situacionalidade, nesse caso, orienta, sem esforços nem artificialidades, o significado da palavra “síncope” se o grupo que se reúne é de médicos ou enfermeiros (ou áreas afins), que, só muito excentricamente, pensarão em ligação de tempo fraco a tempo forte num padrão rítmico. Em textos técnicos, entretanto, é comum delimitar o significado dos termos utilizados, indicando a direção da ponderação a ser feita.

No exemplo a seguir, de Rubem Alves, há um interessante caso de impasse em que o termo linguístico em questão não é biunívoco entre orador e auditório, e se fez necessário estabelecer o sentido e o acordo:

Altars

Fui sabatinado por quatro jornalistas da *Folha* e por aqueles que estavam no teatro. Dos ouvintes veio-me uma pergunta: “Você acredita em Deus?”. Como a pergunta era vaga perguntei: “Qual Deus?”. A pessoa não entendeu. Expliquei então: “Há muitos deuses, cada um com a cara e o coração daquele que o tem dentro do peito. O Deus de São Francisco não era o Deus de Torquemada. São Francisco usava o fogo do seu Deus para aquecer a alma. Torquemada usava o fogo do seu Deus para churrasquear hereges em fogueiras que eram a diversão do povo.” Como a pessoa não soubesse me esclarecer o assunto, adiantei-me e confessei. “Não sei se acredito em Deus. Mas sei que sou um construtor de altares”. Construo meus altares com poesia e música. Os altares têm de ser belos. Eu os construo diante de um abismo profundo, escuro e silencioso. Os fogos que neles acendo iluminam o meu rosto e me aquecem. Mas o abismo continua o mesmo: escuro, frio, silencioso.

(ALVES, Rubem. *Ostra feliz não faz pérola*. Ed. Planeta: São Paulo, 2008, p. 187)

Sem o acordo efetivado entre o entrevistado e os jornalistas acerca da palavra “Deus” (“O Deus de São Francisco não era o Deus de Torquemada.”), a comunicação ficaria inviável, e seria difícil, portanto, esclarecer a crença do locutor do texto. Embora se trate do mesmo Deus, as representações/definições são diferentes, até que finalmente é imposto um sentido, sem o qual o posicionamento ficaria prejudicado. Ao fim, a metáfora do “abismo escuro, frio e silencioso” sugere a crença como algo incognoscível e misterioso.

b) Descritivas, Lógicas: Definição usual com base em distinções. Para Abreu (2009, p.54), as “definições lógicas podem ser esquematizadas a partir da seguinte fórmula:

$$\text{Termo} = \{\text{gênero} + \text{diferença 1} + \text{diferença 2} + \dots + \text{diferença n}\}$$

Observem-se os exemplos extraídos da versão eletrônica do dicionário Aurélio:

The screenshot shows the Aurélio dictionary interface. The search bar contains 'oboé'. The definition is: [Do fr. *hautbois* (na pronúncia antiga), pelo it. ant. *oboè* (atual *oboe*).] **Substantivo masculino.** Mús. 1. Instrumento musical de sopro, feito de madeira, com palheta dupla, de timbre semelhante ao do clarinete, mas levemente nasal. 2. Registro de órgão ou de harmônio.

The screenshot shows the Aurélio dictionary interface. The search bar contains 'clarinete'. The definition is: (è) [Do fr. *clarinette* < it. *clarinetto*.] Mús. **Substantivo masculino.** 1. Instrumento de sopro, de madeira ou de metal, cujo tubo, parcialmente cilíndrico, é dotado de uma palheta simples: "O cavaquinho, os violões, a rabeca e o clarinete não repousavam, emendando as danças várias." (Alberto Rangel, *Inferno Verde*, p. 86.) 2. Registro de órgão e de harmônio.

Ambas as definições remetem a um instrumento musical, o que não significou, portanto, definir, delimitar; ambos os instrumentos são descritos como de madeira, mas o clarinete recebe o atributo “ou de metal”, o que já inicia uma diferenciação; esses instrumentos se descrevem como de “palheta”, diferenciando a palheta simples da palheta dupla. A essa diferenciação, que nos remete à fórmula de Abreu (..... + *diferença n*), se refere Oliveira (2001, p. 38) ao citar “propriedades necessárias e suficientes” que atuam em relações distintas nas delimitações de referentes dos significados.

c) Condensadas: É uma Descritiva que se restringe às características essenciais (REBOUL, 2004, p. 172). Bom exemplo segue:

Consumir não é pecado

A maneira como o consumo é visto no Brasil explica um bocado de coisas

Muita gente no Brasil vê o consumismo como um gesto um pouco nobre. Atribuem-se à sua lógica coisas como a depauperação dos valores e o acirramento de desigualdades sociais. Essa postura está refletida já em nosso léxico. O verbo “consumir”, segundo o *Aurélio*, significa “1. Gastar ou corroer até a destruição; devorar, destruir, extinguir [...] 2. Gastar, aniquilar, anular [...] 3. Enfraquecer, abater [...] 4. Desgostar, afligir, mortificar [...] 5. Fazer esquecer; apagar[...] 6. Gastar; esgotar [...]”. Os sentidos são negativos; as conotações, pejorativas. Não há uma única referência à idéia de comprar ou adquirir. Muito menos uma associação com o ato de satisfazer uma necessidade ou saciar um desejo. Um marciano de boa índole, que tivesse chegado à Terra pelo Brasil e estivesse estudando a humanidade munido da língua portuguesa, certamente anotaria na agenda que “consumir” é uma das coisas ruins que se fazem por aqui. (...)

Por que, enfim, tantas reservas em relação ao consumo?

(Adriano Silva – EXAME – 3/12/97 – Adaptado)

No tempo em que o planeta associa consumismo a depredação do meio ambiente e tenta restringir essa prática às necessidades de sobrevivência, Adriano Silva argumenta de modo consistente em favor das compras. No início de sua argumentação, explora significados dicionarizados para defender que muitos portam um preconceito quanto ao consumo. Após, lança sua definição essencial, condensada de “consumir” e faz “uma associação com o ato de satisfazer uma necessidade ou saciar um desejo”.

d) Oratórias ou expressivas: Uma definição expressiva não tem nenhum compromisso com a lógica. Depende de um ponto de vista (ABREU, 2009, p.55). No texto a seguir, observe-se como o locutor conceitua, de modo expressivo, “fala”:

Sobre o amar e o ouvir

Amamos não a pessoa que fala bonito, mas a pessoa que escuta bonito... A arte de amar e a arte de ouvir estão intimamente ligadas. Não é possível amar uma pessoa que não sabe ouvir. Os falantes que julgam que por sua fala bonita serão amados são uns tolos. Estão condenados à solidão. Quem só fala e não sabe ouvir é um chato... O ato de falar é um ato masculino. Fala é *falus*: algo que sai, se alonga e procura um orifício onde entrar, o ouvido... Já o ato de ouvir é feminino: o ouvido é um vazio que se permite ser penetrado. Não me entenda mal. Não disse que fala é coisa de homem e ouvir é coisa de mulher. Todos nós somos masculinos e femininos ao mesmo tempo. Xerazade, quando contava as estórias das *1001 noites* para o sultão, estava carinhosamente penetrando os vazios femininos do machão. E foi dessa escuta feminina do sultão que surgiu o amor. Não há amor que resista ao falatório.

(ALVES, Rubem. *Ostra feliz não faz pérola*. Ed. Planeta: São Paulo, 2008, p. 21)

Em seu texto, Rubem Alves propõe definição insólita: falar tem características masculinas, ainda que não ocorra tão somente aí. Seu objetivo foi alcançado de maneira estilística, estabelecendo associações entre características da fala e características fálicas. A associação proposta pode ser embusteira no ponto em que ocorre a palavra “falus”, do latim pelo grego, em destaque no texto. Pode ser capciosa porque essa relação, por semelhança formal, pode sugerir ao leitor uma evocação etimológica (inválida: falar, latim: *fabŭllāri*; falo, grego: *phallós* (CUNHA, 2010, p. 284)). Maior discussão sobre definições etimológicas segue.

e) Etimológicas: As definições etimológicas baseiam-se na origem das palavras. “É preciso, contudo, prestar atenção a um fato importante. Às vezes, as definições etimológicas não correspondem mais à realidade atual. (...) As definições expressivas e etimológicas são as mais usadas como técnicas argumentativas, uma vez que permitem a fixação de pontos de vista como teses de adesão inicial.” (ABREU, 2009, p. 56) Para Reboul (2004, p. 118), “Recorrer à etimologia para definir o “verdadeiro” sentido de uma palavra na verdade é um ato de poder pelo qual o orador impõe seu “sentido”, portanto seu ponto de vista, ao auditório.”

Um passo à frente

Há pessoas que morrem muito antes de seus nomes. Jorge Carlos Novais da Silva, Jorge Carlos Novais da Silva! Esse nome dificilmente deixará de viver. A contragosto do tempo, esse nome permanecerá, prevalecerá, pois muitos foram os feitos

de coragem, bondade, altruísmo e solicitude que estenderão por muito a vida desse chamamento.

A perda virá um dia, mesmo para o nome, uma vez que o ato de perder é indesligável de nossa existência. Pode-se perder um anel de que se gostava muito. Perder os documentos. Pode-se perder uma oportunidade singular. Perder um amigo contra o tempo. Mas talvez essas perdas não queiram nos significar que “deixamos de ter” realmente, e sim que “tivemos” durante o tempo necessário.

Perder, morrer, falecer se parecem muito. Falecer origina-se no Latim, *fallere*, que tem o sentido mesmo de “falta”. Porque a falta é que fica. Falta aquele sorriso barulhento, que inspirava outros sorrisos. Falta aquele homem trabalhador, aquele pai dedicadíssimo. Falta o Jorge, Jorginho. Falecer é, de fato, faltar.

A palavra “óbito” é usada quando se quer suavizar uma notícia doída. Ela é guardada para momentos mais restritos. Também é do Latim e se forma por duas partes: *OB-* que quer dizer “diante de” (como em Observar: ver adiante) e *ITUR* que equivale a ir. *Óbito* significa, então, dar um passo à frente, ir além, para, quem sabe, evoluir, viver melhor.

Está melhor, Jorginho? Acalentado, sem dúvida, pacificado, pleno agora.

Seu nome continua aqui, como exemplo de um pai que passou a madrugada, debaixo de chuva, na porta da escola, para conseguir uma vaga para seu filho. Seu nome permanece aqui, como exemplo de um pai que criou seus filhos com os mais preciosos valores, ganhando apenas um salário mínimo. Seu nome persevera no coração de seus sobrinhos, que o tinham como pai adotivo por lhes dar presentinhos de Natal, por levá-los para passear e educá-los com rigor e doçura.

Seu nome prevalece em nós como exemplo de homem, com a humanidade de ser lembrado com solenidade, com eminência, como nobre, exatamente por sua simplicidade.

Um beijo carinhoso de todos que te amam. Descanse em paz.

(Olden Hugo, *Jornal Gazeta Norte Mineira, Montes Claros, 04 de junho de 2013, adaptado*)

Nesse emotivo⁴ texto, as definições etimológicas são potentes recursos argumentativos, em função de instaurarem a temática da morte e a localizarem de maneira precisa no percurso argumentativo, na orientação argumentativa. Além de atuarem como fator de coerência, conferindo unicidade semântica ao texto, indicaram o sentido de morte com o qual o locutor do texto pretendia guiar os significados e a reflexão do interlocutor. A etimologia *fallere* é invocada e atribuída à raiz de **falta** que se alinha coerentemente com o campo semântico da morte, além de ser explorada a formação histórica da palavra **óbito**, e, após, há uma manifestação de uma definição expressiva em mescla com a etimológica, aquela ensejada por esta, pois **óbito** significa **dar um passo à frente, ir além**.

No texto que segue, tudo o que se pode dizer, neste momento, é que houve manipulação da palavra, imposição de sentido para alcançar o efeito colimado, ainda que se diga, estilisticamente, que não se trata de derivação de etimologia:

4 “Raciocínio retórico: era, também, o nome de um procedimento para conduzir as idéias. Há certa semelhança entre o dialético e o retórico, apenas no último caso não se busca um convencimento racional, mas igualmente emotivo. O raciocínio é capaz de atuar junto a mentes e corações, num eficiente mecanismo de envolvimento do receptor.” (CITELLI, 2007, p. 20)

Mistério. Mistério, essa palavra misteriosa. Em inglês, a palavra mistério se escreve “mystery”. Pois um dia, por inspiração imediata, passei a escrevê-la de uma forma diferente: *misteeerie*. “Mist”* é neblina. E “eerie”** quer dizer assombroso, que provoca medo. Acho que minha grafia, inspirada na poesia, é melhor que a grafia do dicionário, derivada da etimologia. Essa é minha contribuição para a língua inglesa.

*Mist: névoa (vocábulo estoniano (da Estônia, Europa))⁵

**Eerie: estranho (língua inglesa)

(ALVES, Rubem. *Ostra feliz não faz pérola*. Ed. Planeta: São Paulo, 2008, p. 191)

3 ETIMOLOGIA E HIPERENUNCIÇÃO

Quanto às definições etimológicas, parece mais evidente que apresentam caráter argumentativo por mostrarem o *sentido verdadeiro* da palavra e partirem, portanto de um fundamento incontrastável:

Para Isidoro, Etimologia é a origem dos vocábulos, deduzida dos verbos ou dos nomes por sua interpretação. A etimologia – chamada *sýmbolon* por Aristóteles e *adnotatio* por Cícero – deixaria, segundo ele, as palavras evidentes e, muitas vezes, o conhecimento (*cognitio*) é necessário para a correta interpretação dos nomes (*nam dun videns unde ortum est nomen, citum vis eius intellegis*⁶). (VIARO, 2011, p. 36)

Desvelando a *verdade*, logo, a etimologia será altamente argumentativa, posto que o que é fato (*verdade*) é incontestável e fatalmente aceitável. Por isso as definições etimológicas se empregam largamente em incontáveis textos tradicionalmente denominados argumentativos, distribuídos em gêneros bem conhecidos como artigos de opinião, editoriais ou crônicas, como exemplos. Neles, a etimologia atua, em geral, de forma muito coerente com o percurso argumentativo estabelecido no texto, apontando o sentido para a tese que se pretende inculcar no auditório. Essa obviedade (de que a relação entre a etimologia e a argumentação é biunívoca nesses textos), em verdade nos provoca uma análise menos ingênua: pergunta-se: as definições etimológicas se comportam de maneira uniforme nos textos dissertativos como recurso argumentativo? Já sabemos que não! As etimologias podem em tantos momentos dissimular um significado e falsear o sentido, pois “Às vezes, as definições etimológicas não correspondem mais à realidade atual” (ABREU, 2009, p. 56). Viaro (2011, p. 42) diz que Fernão de Oliveira, em 1536, “inovador em tantas passagens de sua gramática – muitas vezes de forma surpreendente, como em sua transcrição fonética dos sons – também nesse momento é consciente de que falta um método para diferenciar etimologias verdadeiras de falsas.”

Posto assim, que existem falsas e verdadeiras etimologias, é fácil afirmar que as definições etimológicas podem atuar de maneiras diversas ao conformar o sentido à tese pretendida, sem verdade necessária; ou, por outro lado, valerem-se do real sentido, genuíno, como maior compromisso com a razão. Em outras palavras, podem funcionar em favor da persuasão ou do convencimento, distinguindo-se assim.

5 Comentário nosso.

6 Nossa tradução: “Quando percebemos como surgiu o nome, podemos entender a sua força.”

Outra pergunta que poderia surgir seria: como saber se a etimologia está a favor do convencimento ou da persuasão se é complexo definir se são verdadeiras ou falsas? Viaro (2011, P. 42) nos diz: “encontramos (...) no *Compendium Studii Philosophiæ* de Roger Bacon (1214-1294), que o termo “etimologia” é, conforme o próprio nome diz, uma expressão da verdade (*quoniam etymologia est sermo vel ratio veritatis*⁷)”. Há, como já dado, que o discurso de que o resgate da origem da palavra é guiado pela verdade. Agora, ou desde o início, a discussão que impera é acerca do valor da verdade. Roberta Pires de Oliveira pondera sobre a questão:

A linguagem, afirma Ducrot, é um jogo de argumentação enredado em si mesmo; não falamos sobre o mundo, falamos para construir um mundo e a partir dele tentar convencer nosso interlocutor da nossa verdade, verdade criada pelas e nas nossas interlocuções. A verdade deixa, pois, de ser um atributo do mundo e passa a ser relativa à comunidade que se forma na argumentação. (OLIVEIRA, 2001, p. 28)

Conclui-se que a verdade é aquilo que mais nos convém em determinada cena enunciativa. A melhor etimologia será a que for mais conveniente para a argumentação, e talvez aí não valha o critério do real, mas do verossímil, do que é suposto (e que, portanto, *pode* ser real) ainda que haja outra suposição em contrário. Isso mesmo é o que está posto por Citelli:

A retórica tem, para Aristóteles, algo de ciência, ou seja, é um *corpus* com determinado objeto e um método verificativo dos passos seguidos para se produzir persuasão. Assim sendo, caberia à retórica não assumir uma atitude ética, dado que seu objetivo não é o de saber se algo é ou não verdadeiro, mas sim analítica – cabe a ela verificar quais os mecanismos utilizados para se fazer algo ganhar a dimensão de verdade. (CITELLI, 2007, p.10)

A orientação argumentativa seguirá, é o que se deduz da visão aristotélica, a verdade, que será a coerência interna da argumentação presente em determinado discurso. A verdade deve ser instaurada no ato da organização linguística, e, para esse projeto, os recursos da língua operam substancialmente, visto que a escolha linguística é que define a argumentatividade, contribuindo para (ou determinando) os argumentos extralinguísticos.

Acerca do verossímil, anteriormente mencionado, segue a ponderação em Citelli:

Verossímil é, pois, aquilo que se constitui em verdade a partir de sua própria lógica. Daí a necessidade, para se construir o “efeito de verdade”, da existência de argumentos, provas, perorações, exórdios, conforme certas proposições já formuladas por Aristóteles na *Arte retórica*. Persuadir não é apenas sinônimo de enganar, mas também o resultado de certa organização do discurso que o constitui como verdadeiro para o destinatário. (CITELLI, 2007, p. 15)

É flagrante em Aristóteles que a argumentação cria uma lógica discursiva propícia à efetivação dos argumentos conducentes à tese. As etimologias atuariam bem nesse sentido, mas Viaro assevera que Fernão de Oliveira (1507-c1581) afirma em 1536 que a Etimologia seria *uma espécie de adivinhação* ou uma *mentira desnecessária*:

ora pois, se como adivinhando dixeremos que homem se chama porque é o meio de todas as cousas ou porque está no meio do mal ou do bem; e se dixeremos que molher se chama porque é molle; e velho porque vio muito; e

7 Nossa tradução: “A etimologia da palavra é a natureza da verdade.”

antigo porque foi antes d'agora, e tempo porque tempera as cousas; e lugar quase lubar porque alube em si tudo; e senhor porque os senhores senhoream senhos senhorios sem outra mistura; e ler quase liando ver; e tambem (sic) escrever, quase discretamente ver; e alfaiate porque faz alfaias; e passaro porque passa voando; e onzena porque dá onze por dez; e assi com'estas, podemos também (sic) cuidar outras dozentas patranhas, as quais sempre são sobejas e muitas vezes falsas, e pouco recebidas antre homens sabedores, que do pouco que com muito lendo e trabalhando adqueriram se prezam e não de imaginações aldeãs sem juízo. (VIARO, 2011, pp. 41-42)

É sugerido aqui por Fernão de Oliveira que as etimologias podem ser arbitrárias, frutos mais de suposições inventivas e criativas que de fatos. As inverdades estabelecidas pelas falsas etimologias podem ser associadas ao simples fato, já entendido por Abreu, de que tantas não mais têm sentidos correspondentes à realidade. Fabri traz ao conhecimento que:

Guimarães (1995, p.49) lembra que esse termo semântica foi inicialmente usado por Bréal que aponta para dois pontos fundamentais: 1) as questões de significação não podem ser tratadas etimologicamente, mas levando em conta seu emprego; 2) a palavra deve ser considerada nas suas relações com outras palavras, no conjunto do léxico, nas frases em que aparecem. (FABRI, 2001, p. 11)

Então, pode-se postular que uma etimologia cujo sentido não se desatualizou constitui a semântica mais próxima do real, e que a etimologia falsa estaria associada ao sentido inaplicável na situação atualizada, AMBAS alçadas ao status de *verdadeiras*, visto que estão a favor da argumentação da “nossa verdade”.

A Etimologia se efetiva tão importante na semântica, que um problema conceitual parece encontrar como única alternativa de solução recorrer à raiz histórica, como se vê adiante. Para Carlos Henrique da Rocha Lima, **todas** as palavras que tenham forma idêntica seriam homônimas:

(...) costuma-se entender sob essa designação [homônimos] *todas* as palavras que, possuindo forma idêntica, designem coisas distintas: real (verdadeiro), real (de rei). Há homônimos que, apesar de terem os mesmos fonemas, se escrevem diferentemente (sessão, seção).” (LIMA, 2007, p. 487) (grifo do autor)

Mesmo considerando que o autor, em páginas anteriores, faça referência ao caráter conotativo das multissignificações, poderia se perguntar como se realizariam os casos de polissemia, se **todas** as formas idênticas fossem palavras diferentes de mesma forma. Azeredo (2008, p. 414) a impõe como critério para a resolução de casos omissos em análises semânticas específicas:

há polissemia se os sentidos puderem ser agrupados em torno de um núcleo de significação comum, e homonímia quando nenhuma afinidade semântica for atestada. Diante de casos obscuros, a solução é o recurso à etimologia. Étimos distintos, não há dúvida: homonímia. (AZEREDO, 2008, p. 414)

Em um caso obscuro como o da incerteza entre homonímia e polissemia de “manga” seria terminantemente resolvido, em acordo com Azeredo, pela etimologia:

manga¹ *sf.* ‘parte da vestimenta onde se mete o braço’ ‘filtro afunilado para líquidos’(...) XIII Do Lat. *manīca*, de *manus* ‘mão’. (Cunha, 2010, p. 406)

manga² *sf.* ‘fruto da mangueira, planta da família das anacardiáceas’ XVI. Do malaia *mangā*, deriv. Do tamul *mānkāy*, de *mān* ‘mangueira’ + *kāy* ‘fruto’(Cunha, 2010, p. 406)

A própria elaboração da forma constitui já recurso argumentativo. Tende-se a dar mais credibilidade a argumentos moldados com maior elegância, estilo e organização, o que corresponde à argumentação pela competência linguística. A etimologia é também forma, nesse sentido. O pequeno fato de invocar uma etimologia já é estratégia fortemente argumentativa, em função de figurar comumente como a raiz ou a origem do sentido. Invocar uma etimologia, desde a invocação, é lançar mão de um *hiperenunciador*, que segundo Maingueneau (2005, p.78), é um nível de enunciação “cuja autoridade garante menos a verdade do enunciado – no sentido estreito de uma adequação a um estado de coisas do mundo –, e mais amplamente sua “validade”, sua adequação aos valores, aos fundamentos de uma coletividade.” A etimologia, antes mesmo de firmar sentido, já assegura, ao se pôr, a efetivação de uma autoridade, de uma espécie de hiperenunciador dóxico⁸ que fará com que o significado só em segunda instância funcione como argumento, já que a primeira segurança foi a apresentação (*presença*) de uma autoridade discursiva.

Aquino, ao refletir sobre o *argumento por autoridade*, nos confirma a tese:

É sabido que esse argumento tem muita força, ainda mais quando se acredita na infalibilidade da autoridade citada. Tal autoridade pode nem ser personificada, pois pode corresponder a uma doutrina, a um ponto de vista unânime, aos cientistas, por exemplo. Segundo convenha, essa autoridade pode ser valorizada ou desvalorizada. (AQUINO, 1997, p. 202)

Esse recurso é fortemente argumentativo, por sua credibilidade partilhada, além de poder representar um mecanismo através do qual o produtor se desobriga das responsabilidades geradas por um posicionamento. A autoridade da definição etimológica é, portanto, compartilhada com base na associação entre fato histórico e realidade (verdade, crédito, confiança). Não é o caso de dizer que o leitor não deve ser ingênuo diante de etimologias na argumentação, pois, de todo modo, elas funcionam como estruturação do percurso argumentativo, o que é incomensuravelmente mais relevante do que provar historicamente o nascimento da palavra.

O “talvez” que se acha em Reboul (“Etimologia como parte da história das línguas, sim. Etimologia como argumento, talvez”, 2004, p.119) tende para orientação positiva, pois a importância desse recurso é tão extensa quanto seu emprego nos gêneros textuais já mencionados aqui (artigos de opinião, editoriais, crônicas etc.) e deve ser considerada na forma com que constrói o significado uno do texto, em seu “sentido”, que quer dizer agora “direção”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, cujo tema merece abordagem dotada de muito maior amplitude, se pretendeu destacar que a força argumentativa das definições etimológicas se concentra em uma verdade que ela instaura. Embora não tenha apenas objetivos de ensino, é possível depreender dessa abordagem que os estudos de etimologias devem aparecer nas aulas de língua portuguesa, a

⁸ Quando o *hiperenunciador* é *individuado* (Deus) ou quando se trata de um tipo de um SUJEITO UNIVERSAL dóxico (provérbios, adágios...), podemos lhe atribuir a responsabilidade de conteúdos proposicionais. (Maingueneau, 2005, p. 93)

despeito do que diz a Gramática Tradicional (GT) sobre o fato de ser sincrônico o estudo linguístico. O destaque que aqui se dá à GT se deve à constatação de que ela tem sido um dos principais parâmetros para a educação linguística, se não o principal parâmetro, ou ainda, se não o único, em tantos casos. As etimologias, as definições etimológicas consequentemente, proporcionam, como visto, a compreensão de diversos mecanismos linguísticos, principalmente no estabelecimento da argumentação. E ainda que a GT afirme que a abordagem que ela promove seja sincrônica, é fácil perceber que ela própria lança mão da diacronia quando lista centenas de prefixos, sufixos e radicais gregos e latinos; ou ainda quando explica, parcamente, que o verbo **pôr** é da segunda conjugação porque vem de **poer**⁹. Não é o caso de fazer decorarem os alunos centenas de etimologias ou de os expor ao exaustivo conhecimento da história de cada palavra, mas de propiciar o contato com mais esse recurso que a língua oferece para o estabelecimento da argumentação, aspecto linguístico cotidiano por ser fundamental na interação comunicativa.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar. Gerenciando razão e emoção*. 13. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

ANDERSEN, Elenice Maria Larroza. *Fábulas e parábolas: um esboço para a interpretação de textos à luz da Teoria dos Blocos Semânticos*. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVel. Ano 4, n. 6, março de 2006. [www.revelhp.cjb.net].

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo, Publifolha: 2008.

AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de (1997). *Conversação e conflito: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas*. São Paulo: USP/FFLCH, 1997.

BARONAS, Roberto Leiser. *Efeito de sentido de pertencimento à análise de discurso*. (Disponível em: www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2sead/simposios, acesso: 16 de jun. de 2013).

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2011.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 46. ed.- São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 16. ed. São Paulo, Ática: 2007.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2005.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

FABRI, Kátia Maria Capucci. *Da diferenciação das conjunções adversativas em diferentes tipos de textos escritos*. Dissertação: Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos – 5. ed. – Curitiba: Positivo, 2010, Versão eletrônica.

⁹ Dizer que vem de **poer** não explica satisfatoriamente a ocorrência atual de formas como **põe, pomos, pondes**, com a nasalização. O étimo que melhor explica é **ponére** (COUTINHO, 2005, p. 320).

HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1. ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, Versão eletrônica.

Koch, Ingedore Grunfeld Villaça, TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 17. ed. – São Paulo: Contexto, 2009.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. *A noção de Hiperenunciador*. Polifonia Cuiabá: ed. UFMT n.º 10 p. 75-97, 2005, issn 0104-687x.

OLIVEIRA, Roberta Pires. *Semântica* in MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística*, vol. 2: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001, p. 17-46.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (tradução: Ivone Castilho Benedetti).

VIARO, Mário Eduardo. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

ZANOTTO, Normelio. *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

